

Calendário de atividades de janeiro inclui assembleias, reuniões, plenária, posse e atos

Nessa segunda-feira, 8, o Conselho Deliberativo de Entidades (CDE) da Condsef/Fenadsef fez sua primeira reunião extraordinária em 2024. Com a participação de representantes de 17 estados (AM, AP, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MT, PE, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC) e o Distrito Federal, a reunião apontou um calendário de atividades para este mês que inclui a realização de assembleias em todo o Brasil, reuniões, plenária, posse e atos pelo Dia Nacional dos Aposentados.

As assembleias devem ser realizadas até o dia 20 desse mês com objetivo de analisar e debater a proposta do governo como resposta à pauta de reivindicação da categoria. É importante que os servidores fiquem atentos a essa agenda de assembleias nos estados. A participação de toda categoria é fundamental. No dia 23, a Condsef/Fenadsef realiza uma plenária nacional virtual para encaminhar as resoluções das assembleias nos estados sobre a proposta do governo da Campanha Salarial de 2024.

A agenda de atividades de janeiro ainda engloba reorganizar o processo de mobilização e a retomada das atividades no Congresso Nacional em busca de soluções das demandas da Campanha Salarial 2024 e contra a PEC 32/20, da reforma Administrativa. A luta para implementação da regulamentação da Convenção 151 da OIT que trata da negociação coletiva e o direito de greve também está entre as prioridades.



Atos e posse da nova direção

Ainda esse mês toma posse, no próximo dia 24, a nova direção da Condsef/Fenadsef eleita em dezembro para representar a maioria dos servidores federais pelos próximos quatro anos (2024/2028). Também no dia 24 que marca o Dia Nacional dos Aposentados, atos em todos os estados e no DF devem acontecer em defesa dos direitos daqueles que dedicaram suas vidas ao serviço público brasileiro.

Lembrando que pela avaliação das entidades, a proposta de reajuste apresentada pelo governo segrega ativos, aposentados e pensionistas de forma inaceitável. Como as demais pautas e demandas urgentes apresentadas ao governo, o avanço de todas as reivindicações da categoria só será possível com mobilização e unidade. Também nesse contexto, a luta pela correção das distorções dos salários dos servidores.

Confira aqui o calendário de atividades de janeiro ao lado:

- 12/01 - 9h - Reunião do Fonasefe, debate sobre a Campanha Salarial de 2024
- 17/01 - Reunião da Mesa da Ebserh
- 20/01 - Data limite para as nossas entidades filiadas realizarem assembleias sobre a proposta do governo
- 23/01 - Plenária Nacional da Condsef/Fenadsef (virtual) para encaminhar as resoluções das assembleias nos estados sobre a proposta do governo da Campanha Salarial de 2024
- 24/01 - Dia Nacional dos Aposentados com a realização de atos nos estados e em Brasília-DF
 - 14h - Reunião presencial da Nova Direção Nacional da Condsef/Fenadsef
 - 17h - Ato solene de posse da Direção Nacional, Conselho Fiscal e Departamentos da Condsef/Fenadsef (Auditório do Sindsep-DF).

Fonte: Condsef



Renegociação dará desconto de até 70% para dívida ativa

Os contribuintes inscritos na Dívida Ativa da União podem renegociar, até 30 de abril, o débito com até 70% de desconto nas multas e nos juros. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) abriu segunda-feira (8) cinco editais de transação tributária, modalidade de parcelamento criada durante a pandemia de covid-19.

Chamado de Transações por Adesão, o programa permitirá o parcelamento da dívida em até 145 meses. Na transação tributária, o tamanho do desconto é determinado conforme a capacidade de pagamento do devedor. Quem tiver menor capacidade de pagamento terá os maiores descontos.

Os editais estão divididos nas seguintes categorias: dívidas de pequeno valor, débitos de difi-

cil recuperação ou irrecuperáveis, capacidade de pagamento, inscrições garantidas por seguro garantia ou carta fiança e microempreendedores individuais. Segundo a PGFN, o governo espera recuperar cerca de R\$ 24 bilhões com as Transações por Adesão.

O devedor pode fazer simulações e pedir a adesão ao programa na página Regularize, portal de serviços eletrônicos oferecido pela PGFN. O próprio sistema avalia a capacidade de pagamento e renegocia o débito, definindo o valor das parcelas e os descontos definitivos.

Limites

Apenas débitos de até R\$ 45 milhões poderão ser refinanciados. O valor das prestações previstas não poderá ser inferior a R\$ 25 para o microempreendedor indivi-

dual e R\$ 100 para os demais contribuintes.

Os descontos não incidirão sobre o valor principal da dívida, apenas sobre juros, encargos e multas. A exceção será para os microempreendedores individuais, que poderão ter até 50% de desconto sobre a dívida global (valor principal mais juros, multas e encargos).

As negociações abrangem apenas os débitos inscritos em Dívida Ativa da União, quando a PGFN passa a cobrar a dívida na Justiça. Os débitos com a Receita Federal são objeto de outra renegociação, aberta na última sexta-feira (5). Dívidas com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) também estão fora do parcelamento especial.

Fonte: CUT

Governo divulga editais do concurso público unificado

O governo federal publica nesta quarta-feira (10) os editais do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU). O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos realiza entrevista coletiva, às 14h30, detalhando pontos dos editais. Ao todo serão 6.640 vagas distribuídas entre os 21 órgãos federais que aderiram ao certame.

A pasta já divulgou anteriormente informações importantes sobre o concurso, como cronograma com datas e lista de cidades. As inscrições para o certame começam em 19 de janeiro e vão até 9 de fevereiro. A nova data estimada para a realização das provas é 5 de maio em dois turnos, manhã e tarde. As alterações

no cronograma inicial surgiram a partir do diálogo entre o ministério e a banca escolhida para o concurso, a Cesgranrio, anunciada no final de novembro, sob a justificativa de garantir mais tempo para elaboração das provas.

Com a publicação dos editais, os concurseiros já podem se preparar para as provas.

O certame unificado funciona como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Em razão disso, foi apelidado de “Enem dos concursos”. A aplicação das provas acontece de maneira simultânea em todo o território nacional.

A justificativa do órgão para reconfigurar os concursos públicos diz respeito à promoção da igual-

dade no acesso a cargos públicos.

Inicialmente, foi anunciado que o concurso seria realizado em 180 cidades. O Ministério da Gestão e Inovação, porém, divulgou que mais municípios participarão do exame, agora serão 217 cidades. A ampliação visa garantir que regiões metropolitanas tenham provas em mais de uma cidade.

Um ponto de discussão entre especialistas é o caráter unificado do concurso que prevê a realização de provas objetivas, comuns a todos os candidatos, e provas específicas definidas por comissões dos órgãos, com questões objetivas e dissertativas do bloco de escolha do concurseiro.

Fonte: Congresso em Foco